

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Carmen Lúcia de Cássia Pongelupe Assis¹
Raquel Quirino²

RESUMO

Este artigo deriva de uma pesquisa bibliográfica que problematiza a divisão sexual do trabalho na gestão de instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. Ao longo da história percebe-se o baixo índice de mulheres que atuam em cargos de gestão na rede federal de educação profissional e tecnológica. Observa-se que as mulheres ocupam de forma desigual esses postos de comando ou chefia. Em uma sociedade ainda patriarcal, o trabalho feminino está ligado ao trabalho doméstico, privado e reprodutivo, enquanto ao homem cabe o trabalho público, produtivo e assalariado. O que torna a ocupação de cargos de gestão ainda mais masculinizados, pois acredita-se que a dupla jornada de trabalho, o cuidado com a casa e com os filhos seja um ponto negativo para que o trabalho de gestão seja exercido pelas mulheres. O objeto do artigo é a divisão sexual do trabalho na gestão de instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo possuem uma base qualitativa, como também uma revisão bibliográfica. Para o levantamento de teses de dissertações adotou-se o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O recorte temporal foi delimitado nos últimos cinco anos. Um dos resultados apontam que as mulheres em cargos de gestão na rede federal de educação profissional e tecnológica possuem filhos adolescentes ou adultos, como também uma rede de apoio que as auxiliam no exercício do cargo.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho, EPT, Gestão.

1 Mestranda em Educação Profissional Tecnológica CEFET-MG. Email: carmenpongelupeassis87@gmail.com.

2 Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela UFMG; Mestrado em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professora do Programa Especial de Formação Docente e do Programa em Pós-Graduação em Educação Tecnológica. Email: quirinoraquel@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres, por vários anos tiveram o direito de estudar e trabalhar negligenciados. A mulher em toda sua história tem sofrido com as desigualdades sociais, percebe-se que as lutas das mulheres se iniciam no final da Revolução Francesa e percorreram os séculos seguintes. Lutaram por seus direitos e seus sonhos. É notório que essas lutas ocasionaram um grande efeito para a atual história das mulheres. E é através das narrativas registradas em livros, artigos, contos ou também as contadas de geração em geração que vamos nos apropriando dessas conquistas.

O século XIX foi um marco fundamental para que essas conquistas acontecessem para as mulheres em todos os aspectos. A consolidação do Estado burguês impôs sua ideologia de classe definindo os papéis femininos e masculinos dentro da sociedade. No mesmo período, surgia a discussão sobre a maternidade como algo imprescindível para as mulheres, cada vez mais, o capitalismo impunha que as mulheres saíssem para trabalhar fora. Surgiu assim, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, ocasionando em diferenças salariais, diferentes condições de trabalho e desigualdades diversas (Toledo, 2008).

Assim, conforme Toledo (2008, p. 69) “esse culto à maternidade, dirigido inicialmente à classe média, acabou atingindo também à mulher operária. Era uma forma de transferir para a classe trabalhadora as obrigações do Estado burguês sem qualquer tipo de questionamento”.

Atualmente, essa condição se modificou, em nossa sociedade contemporânea, as mulheres possuem maior acesso à escolaridade e ao trabalho. Nessa transformação da sociedade, também se percebe que muitas mulheres acabam se tornando mães solo, às vezes por opção própria ou por outras razões. Mediante essas mudanças, as mulheres acabam assumindo duplas, triplas ou até mais jornadas de trabalho, são mães, estudantes, trabalhadoras. Acabam assumindo responsabilidades com cuidados com seus filhos e familiares.

Assim, diante do exposto, quais seriam os desafios enfrentados pelas mulheres na busca de ocuparem cargos de gestão em instituições federais de educação profissional e tecnológica?

Dessa forma, essa pesquisa busca conhecer, por meio da literatura, como essas mulheres conciliam trabalho, estudo e a maternidade. Para alcançar esse objetivo esta pesquisa de natureza qualitativa irá utilizar de pesquisa bibliográfica, a fim de coletar artigos, capítulos de livros ou livros, teses e dissertações que abordem essa temática.

Na primeira seção será apresentada a metodologia adotada. Na seção seguinte será apresentada o referencial teórico utilizado. Na sequência será apresentada a discussão das obras, no final serão apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 METODOLOGIA

Este estudo com abordagem qualitativa, que conforme Minayo (2010), pesquisas deste tipo buscam compreender a organização de grupos, de instituições e dos membros que a compõem dentro de um contexto histórico e social. Acredita-se que é uma abordagem fundamental para apreender fenômenos sociais e humanos complexos e multifacetados. Pretende-se utilizar de pesquisas bibliográficas, conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

No levantamento bibliográfico realizado para a composição desta pesquisa, elencou-se as palavras-chave Divisão Sexual do Trabalho, EPT, Gestão. Optou-se por buscar no Catálogo de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) trabalhos que dialogassem com a temática proposta. Identificou-se um baixo índice de publicações sobre a temática, logo considera-se que a realização desta pesquisa contribuirá para a divulgação científica sobre esse tema.

A busca foi realizada no período de 01 de julho de 2023 até o dia 30 de julho de 2023. O recorte temporal contempla as publicações entre os anos de 2018 e 2023. Foram localizadas cinco publicações, sendo três artigos e duas dissertações.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Muraro (2002), Marx e Engels consideraram que o patriarcado tem origem com a divisão sexual do trabalho que incidiu na divisão social do trabalho, que por sua vez culminou em uma maior especialização. Com esses aperfeiçoamentos surgiram as tecnologias o que aumentou a produção e ocasionou em um excedente de produtos. Produtos esses que passaram a ser comercializados visando obtenção do maior lucro possível. Surgindo assim, duas classes, aqueles que dominavam os meios de produção e os que não detinham terras nem os meios de produção, que precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Nesta época, conforme Muraro (2002), a mulher passou a ser dominada e ficou limitada ao espaço privado. Incumbindo-se de reproduzir o maior número de

filhos para que trabalhassem na agricultura, como também para garantir que as terras e o Estado fossem defendidos.

Nesse sentido, historicamente, conforme Hirata e Kergoat (2020) há uma separação entre os trabalhos de homens e mulheres. Cada um se encarregaria de uma forma de produção, as mulheres seriam responsáveis pelos trabalhos domésticos e os homens se encarregariam da política, das carreiras militares, religiosas e intelectuais. Surgindo, assim, uma hierarquia das divisões sexuais do trabalho entre os sexos. (Hirata; Kergoat, 2020). O trabalho precário é majoritariamente feminino. É preciso estabilizar uma relação de desigualdade no mercado de trabalho, entre mulheres e os homens, como também as desigualdades de remuneração salarial, de condições de trabalho, na família e na esfera doméstica (relação de trabalho, de poder, de saber e relações de domínio).

De acordo com Hirata e Kergoat (2020, p. 23) “a divisão sexual do trabalho tem por característica a atribuição prioritária das mulheres à esfera reprodutiva, enquanto os homens são designados à esfera produtiva”. Dessa forma, Quirino (2011) em diálogo com Hirata e Kergoat (2020), afirma que:

Historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres na sociedade se tem configurado a partir da desta dicotomia entre esfera pública (espaço de produção) e privada (espaço de reprodução ou doméstico), com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais (Quirino, 2011, p. 53).

Segundo Quirino (2011) a divisão sexual do trabalho na esfera reprodutiva se apresenta com uma linha de delimitações entre o tempo empregado para a realização do trabalho e o tempo fora do horário do trabalho, entre as atividades pessoais e profissionais, entre o privado e o público, ou seja, uma maneira crucial, o lugar primitivo demarcado para as mulheres em um sistema capitalista. O patriarcado é o primeiro sinal da divisão sexual do trabalho, pois significa as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal. “O trabalho doméstico ou o trabalho do cuidar recai, sob as mulheres e as meninas ao redor mundo. Esta atividade conhecida como trabalho invisível, pois não é recebido um salário para que as mulheres executem essas atividades, mas é a cargo delas que cabe cumprir o papel de fazê-lo”. (QUIRINO, 2011)

Para Muraro (2002) o patriarcado iniciou de forma mais lenta e gradual. Segundo a autora, a maior parte dos trabalhos eram executados pelas mulheres, como ainda atualmente permanece da mesma forma. Dentre suas tarefas estavam o cuidado com os filhos, cuidado pelo grupo em sua totalidade. Providenciavam alimentos, enquanto os homens se responsabilizavam por tarefas mais pesadas, tais como caça e pesca. Contudo, detinham de maior tempo livre e

assim começaram a produzir armas e criar rituais em que participavam exclusivamente os homens, excluindo-se, assim, a presença feminina.

3.1 Educação Profissional e Tecnológica na Instituição da Rede Federal no Brasil

No Brasil, a história da educação profissional aparece em registro na data 1800 “com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo “da camada

menos privilegiada da sociedade brasileira. Aprendiam ofícios de tipografia, alfaiataria, entre outros” (MEC, 2009, p.1). Com a chegada da família real ao Brasil, surgem estabelecimentos de ensino destinados os portugueses que desembarcaram junto com D. João VI e sua família. O Colégio das Fábricas foi o primeiro espaço de educação fundado pelo poder público e que atendia os artista e aprendizes vindo de Portugal.

Com o fim da escravatura por volta de 1889 e com o término do trabalho escravo, muitas fábricas atuavam no Brasil, a mão de obra era de aproximadamente 54 mil trabalhadores distribuídos em 636 instalações com uma economia predominantemente no setor agrário-exportadora, no qual a população brasileira estaria com cerca de 14 milhões de habitantes. Em 1909 com a assinatura de um decreto nº 7.566, pelo então presidente do Brasil Nilo Peçanha criou-se 19 escolas de aprendizes e artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito para os desafortunados. Essas escolas tinham como objetivo atender crianças entre 10 à 13 anos oriundas das camadas mais pobres.

A Constituição de 1937 foi a primeira a tratar especialmente do ensino técnico, profissional e industrial, estabelecido no artigo 129: “O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.” (Brasil,2009. P.4)

Em 1941 com a Reforma Capanema começaram a vigorar no Brasil leis que modificaram o ensino brasileiro.

- O ensino profissional passou a ser aceito como ensino médio;
- Para ser aceito nas escolas industriais precisava antes fazer o curso de admissão;

- Dividiu os cursos em dois níveis, um primeiro com o ensino dos cursos básicos de indústria, trabalhos manuais, de conhecimentos e de um grande saber. Um segundo seria um curso técnico industrial, com duração de três anos, e mais estágio com supervisão em indústrias.

Com o Decreto nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942 as Escolas de Aprendizagem e Artesanato passa a ser Escolas Industriais e Técnicas, oferecendo ensino profissional equivalente ao ensino médio. E assim alunos com formação este nível poderia ingressar em uma universidade superior na área de acordo com sua formação. Todos estes cursos eram voltados para atender a uma camada da população predominantemente masculina.

“Desde o início da implantação das escolas profissionalizantes no Brasil, estas sempre foram espaços para a profissionalização do homem, com cursos tipicamente voltados para o universo masculino, como por exemplo, cursos básicos que atendiam as demandas das indústrias, até chegar a criação das escolas de Ensino Técnico – Industrial, em 1909, completando estes cem anos de existência e hoje com uma nova denominação :Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”(Trigueiro e Araújo ,2016,p.1-2)

Segundo Trigueiro e Araújo (2016) as mulheres tiveram por vários séculos em um lugar bem longe do ensino educacional. Seu papel dentro da sociedade era o de cuidar, gerar e fazer os trabalhos domésticos não sabiam ler ou escrever, e estavam destinadas ao casamento. As mulheres só começaram a fazer parte do processo de formação educacional no século XVII quando surgem os conventos onde as moças começavam a aprender a bordar e a costurar, afazeres domésticos voltados para o cuidado da casa.

Ainda segundo Trigueiro e Araújo (2016) durante a segunda metade do século XX, a presença feminina se destaca na educação tanto quanto força de trabalho, quanto em participação em todos os níveis de formação. As mulheres hoje já superaram cerca de 85% da educação básica no Brasil. Mesmo com todo este avanço perante a escolarização e ao trabalho, podemos perceber que o salário, as condições de trabalho, o assédio sexual, ainda persistem na relação de gênero.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Bruschini (2007), as trabalhadoras que no final da década de 1970 eram de jovens, solteiras e sem filhos, na década de 2000 o perfil muda e as

mulheres se tornam mães e se casam mais tarde. O acesso à educação, o ingresso as universidades viabilizaram o acesso delas a novas oportunidades de trabalho. Entretanto, mesmo com esta mudança em relação ao trabalho ou ao estudo, o cuidado dos filhos e as atividades domésticas continuam sobre a responsabilidade das mulheres.

O trabalho doméstico realizado em casa pelas mulheres não era considerado como atividade econômica, segundo o levantamento do IBGE no ano 2006, em outras palavras por não receberem salários, essas atividades domésticas se enquadravam em uma economia inativa, e estavam enquadradas na classe dos estudantes, aposentados, doentes, invalidados e os que viviam de renda. Mesmo que a jornada de trabalho doméstico dessas mulheres fosse de cerca de 27 horas semanais e a dos homens de apenas 10 horas semanais, essas atividades domésticas eram consideradas improdutivas, conforme Bruschini (2007).

Ainda na pesquisa de Bruschini (2007) fica evidenciado que mães que tem filhos bebês dedicam cerca de 35 horas para as atividades domésticas e reprodutivas, já mães com filhos entre dois e quatro anos cerca de 32 horas para as mesmas atividades. A autora conclui que as mães que têm filhos pequenos produzem uma menor atividade produtiva, devido à sobrecarga na esfera reprodutiva.

A pesquisa realizada por Saboya (2013) discute relações de gênero, ciência e tecnologia, buscando uma revisão da bibliografia nacional e internacional sobre a temática. Por meio do levantamento histórico social realizado pela autora, as mulheres sofreram e sofrem todos os tipos de discriminação social. Quando a mulher se insere no ensino superior, as diferenças se acentuam ainda mais, pois muitas vezes essas mulheres não encontram uma rede de apoio, nem tão pouco apoio do Estado.

Segundo Tavares (2008) as mulheres no ensino superior vivenciam obstáculos que lhes causam constrangimentos de variadas formas, isso deve-se:

Porque a exigência para cumprir os prazos das bolsas e manter os índices de produtividade científica, não são atenuados, por parte das agências financiadoras, para os meses em que a mulher está dedicada à maternidade, como ocorre com qualquer trabalhadora na nossa sociedade. A maternidade é uma das contingências que marca a carreira das mulheres no sistema de C&T, em que não há nenhum atenuante, por parte do sistema, para a mulher grávida, a que amamenta ou a que tem filhos pequenos, seja no momento de sua formação, enquanto é bolsista de mestrado ou doutorado, seja para ascender na carreira de pesquisadora (Tavares, 2008).

Para Fernandes (2022), a atuação das mulheres do mercado de trabalho tem aumentado significativamente nos últimos anos e com isso muitas mudanças no convívio familiar tem afetado os relacionamentos familiares. Principalmente, em lares onde exista uma renda dupla, ou seja, uma renda em que os dois dividem as responsabilidades pelo orçamento doméstico. Desta forma percebe-se que os lares hoje já não são chefiados apenas pela presença masculina, nota-se que tem ocorrido uma diminuição dos homens como provedores, esse fenômeno fez com que exista uma igualdade entre os parceiros no trabalho doméstico. Os homens e as mulheres no cenário atual direcionam seu tempo em maior quantidade para o trabalho fora do ambiente familiar e menos tempo a família.

Ainda segundo Fernandes (2022) mesmo com todas as mudanças ocorridas essa última década, a imagem feminina da mulher dentro do contexto social é da mulher geradora de filhos, mas muitas mulheres têm optado por não terem filhos, ou seja, não gerar uma nova vida o que é entendido pela sociedade como algo fora dos padrões que a mulher deveria seguir.

Segundo Fanny (2002) a mulher nas últimas décadas continua a ocupar um baixo avanço em todos os espaços tradicionalmente masculinos, em 2001 a ocupação em cargos de hierarquia dentro de instituições de ensino superior no Brasil era apenas de 20 mulheres, num total de 172 ocupantes no mesmo cargo. Ao sair para o campo do trabalho a mulher quebra com os padrões imposta pela sociedade, moldadas nos moldes machistas do patriarcado. Pois essa mulher se torna um ser que fala dos seus sonhos, suas vontades e suas conquistas. Rompendo assim com todos os modelos tradicionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que um dos desafios apontados pelas mulheres é a discriminação social, quando ingressam no ensino superior. Esses desafios aumentam por não contarem com uma rede de apoio e tão menos apoio do Estado.

Entende-se que para a mulher conseguir realizar todas as tarefas do seu cotidiano, muitas vezes, ela precisa se desdobrar para atender todas as demandas que são solicitadas a ela. A dupla jornada de trabalho para essa mulher é algo comum, pois por às vezes, não contar com uma rede de apoio, acaba necessitando desempenhar variados papéis.

Percebe-se também que na década de 1970 as mulheres optavam por ter filhos e se casarem mais jovens, deixando os estudos e o trabalho para o segundo plano. Já a partir dos anos 2000, este cenário se inverte, pois as mulheres passam

a optar por ter filhos mais velhas, se casarem ou não, e estudam e se qualificam mais para ter uma carreira profissional.

Como também se evidencia que no cargo de gestão nas instituições da rede federal as mulheres ocupam baixo índice de ocupação pois varios são os desafios enfrentados por essas mulheres no seu dia a dia.

Devido às mudanças ocorridas em nossos dias com as mulheres mais atuantes no mercado de trabalho, as mulheres vem rompendo com as barreiras impostas pela sociedade ainda patriarcal e sexista. Ainda hoje, os afazeres domésticos estão sobre o cuidados das mulheres. Existe um dupla jornada de trabalho, mas aos pouco vão surgindo conquistas pessoais e coletivas e as mulheres vão ocupando seu espaço dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FERNANDES, F, A história da educação feminina. MultiRio a mídia educativa da cidade, Rio de Janeiro, 07 mar.2-19. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho**, online, n. 53, p. 22-34, jun./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/50869>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.

QUIRINO, Raquel. **Mineração é lugar de mulher! Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração**. 2011. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS=8-NTGLQ?mode=full>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SABOYA, Maria Clara Lopes. Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, [S.l.], ano 3, n. 12, 2013. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155548.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TAVARES, Isabel. “A participação feminina na pesquisa: a presença das mulheres nas áreas do conhecimento”. In SIMPÓSIO GÊNERO E INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. Brasília (DF): INEP, 2008. p. 31- 62. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/simposio_genero_e_indicadores_da_educacao_superior_brasileira.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008. (Coleção Marxismo e Opressão).

TRIGUEIRO, Natlhalya Cristina Ribeiro; ARAÚJO Patrícia Cristina de Aragão. Trajetória Educacionais na Profissionalização da Mulher. In II CINTEDI. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva. II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Campo Grande-PB. 16 a 18 de novembro de 2016.